

# Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I n.º 27 (Nova Série) 3 de Fevereiro de 1976 4\$00



neste número:

**4 de Fevereiro**  
**15 anos de luta**

textos/debate sobre:

Movimento Comunista  
Internacional

Unir o Movimento Popular



# Em Faro — sede do MES atacada à bomba!

Aos trabalhadores, à população em geral. Camaradas, hoje pelas 4,30 da manhã rebentou um petardo de grande potência na nossa sede em Faro, causando prejuízos de grande montante.

Camaradas, não é por acaso que tal acontece. Numa altura em que o Movimento de Esquerda Socialista engrossa as suas fileiras, actos destes são pois tentativas por parte das forças fascistas para amedrontar e fazer recuar os seus militantes e simpatizantes.

Mas os militantes e simpatizantes do MES por tal o serem, sabem as responsabilidades revolucionárias que tem, e não recuarão um só passo perante estes actos selvagens.

O MES numa altura em que prepara o seu segundo Congresso, numa altura em que se prepara para dar o salto qualitativo, em suma numa altura em que o MES uma vez mais se vai afirmar como uma força fundamental para dirigir a luta dos trabalhadores deste país, as forças fascistas tentam des-

truir assim a organização desses mesmos trabalhadores.

Camaradas, o MES enquanto organização revolucionária que empunha a bandeira da defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, jamais se intimidará perante estes actos, e estas ameaças.

Os trabalhadores portugueses e em particular os trabalhadores do-Algarve terão que se organizar para poderem resistir e responder à violência reaccionária na nossa terra; reflexo do sistema político actual, sistema esse que permite a libertação dos PIDES e de notórios fascistas, enquanto se mantêm presos em Custóias e Caxias, revolucionários do 25 de Abril que tentaram dar corpo a uma revolução Socialista no nosso país, e enquanto a GNR mata manifestantes que pediam a sua libertação; em resumo camaradas, isto só acontece porque os fascistas e toda essa corja de exploradores do povo português tem cobertura política do actual Governo.



## MES/PAIGC

Na sequência de anteriores contactos com o P.A.I.G.C., uma delegação da Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista, chefiada por **Nuno Teotónio Pereira**, reuniu-se hoje com uma delegação da República da Guiné-Bissau, constituída por **Vasco Cabral**, comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação, **Carlos Correia**, do Comité Executivo de Luta do P.A.I.G.C. e Comissário de Estado para as Finanças, **Filinto de Barros**, Secretário-Geral da Presidência e responsável nacional da Juventude Amílcar Cabral e **Júlio Semedo**, embaixador em Lisboa.

Durante a reunião procedeu-se a uma longa e fraternal troca de informações sobre a actual situação política, tanto em Portugal como na República da Guiné-Bissau e o respectivo enquadramento internacional. **As duas delegações exprimiram pontos de vista claramente convergentes quanto à necessidade de prosseguimento e fortalecimento da luta contra o neocolonialismo e o Imperialismo e de apoio total à luta do Povo angolano e ao reconhecimento da República Popular de Angola.**

No que respeita às relações entre os dois povos, accentuou-se a necessidade de promover acções que exprimam a profunda solidariedade de interesses e de aspirações entre as massas trabalhadoras de Portugal e da Guiné-Bissau no quadro da luta pela Paz e pela libertação de todos os explorados e oprimidos.

O Secretariado da Comissão Política Nacional

## Poder Popular

6 meses 1000 00

12 meses 2000 00

apoio 400 \$ 00

estrangeiro Europa 5000 00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

Jornal semanal — todas as 4.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e impressão Renascença Gráfica, SARL Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

## Standard Eléctrica

### Quem provoca divisão no seio dos trabalhadores?

CAMARADAS:

Agora, máis do que nunca, estamos conscientes que a «política» tem muito que ver com a nossa vida.

Senão vejamos:

Acaba de sair o inquérito aos acontecimentos do 25 de Novembro. Nele são acusados de fazerem um «golpe» os trabalhadores.

Mas nós trabalhadores, não nos enganamos. Golpe só houve um, o da direita e mais nenhum.

— É por isso que neste momento estão presos militares progressistas e revolucionários, e mais recentemente o general Otelo.

— É por isso que a GNR, a PSP e os Comandos reprimem e assassina trabalhadores que lutam pela libertação dos revolucionários presos em Caxias e Custóias e durante a paralisação dos nossos camaradas caixeiros, quando defendiam a sua luta.

— É por isso que a Informação mente todos os dias, tentando convencer-nos que os actuais governantes, civis e militares, estão com o povo, querem o socialismo, etc., quando todos nós sabemos que nos aumentaram os preços, congelaram-nos os salários, reprimem e matam quando saímos para a rua para lutar, libertam todos os grandes fascistas e «pi-

des» e os reaccionários do 28 de Setembro e 11 de Março.

CAMARADAS:

A classe operária, o povo trabalhador, sofreu uma grande derrota no 25 de Novembro e está já a sofrer na carne os seus efeitos. Na altura em que foi preciso dar uma resposta ao golpe reaccionário do 25 de Novembro, estávamos divididos, não tínhamos uma organização forte para levarmos de venci- da aqueles que nos exploram e oprimem: a burguesia capitalista e o imperialismo.

E na S E o que se passa neste momento?

Assistimos a plenários em que a divisão dos trabalhadores é cada vez maior. Desde claqués organizadas até à conquista de lugares na sala onde melhor se possa manobrar os trabalhadores, tudo serve para se ganharem propostas.

Desde insultos e tentativas de agressão física, que tornam muito difícil a discussão e aprovação de propostas que melhor sirvam os interesses de todos nós, tudo serve para cavar mais fundo a divisão entre os trabalhadores.

Nós, trabalhadores comunistas do MES da S. E., perguntamos?

— Quem provoca a divisão dos trabalhado-

res da S. E.? E a quem serve esta divisão? Os responsáveis por tal situação não estão de modo nenhum a servir os interesses dos trabalhadores. Só os capitalistas, nacionais e estrangeiros, estão interessados na divisão, pois se torna mais fácil para eles explorarem, despedirem e fazerem o que bem entendem, quando nós não nos conseguimos opôr-lhes unidos e organizados.

O que está a acontecer é ainda mais grave no momento em que a situação na divisão dos semiofdutores pode levar ao despedimento de camaradas nossos. Esta solução, o despedimento, só interessa ao patronato. **Nós devemos lutar unidos para que se proceda à reconversão total ou parcial, já estamos a ficar fartos de promes-**

sas, sem qualquer despedimento.

É por tudo isto, e conscientes de que só a unidade de todos os trabalhadores na luta contra o fascismo e o capitalismo, a repressão e a exploração, pode erguer uma barreira com a força necessária para se opôr ao poder reaccionário, que nós, trabalhadores comunistas do MES da S. E., temos tido uma prática que é bem conhecida de todos os trabalhadores da empresa.

A nossa prática tem sido no sentido de criar uma verdadeira unidade entre todos os trabalhadores, através do correcto esclarecimento das posições que servem os nossos interesses e de combater todos aqueles que pelo seu sectarismo só provocam a divisão no nosso seio.



# Actualidade da luta pelo socialismo

1. O nível de desenvolvimento do capitalismo português, obtido à custa do regime colonial-fascista, o domínio quase absoluto das relações de produção capitalistas no quadro das relações sociais existentes na nossa sociedade, o peso preponderante do proletariado no conjunto das classes exploradas e oprimidas, colocam como único programa justo para a luta do proletariado português, o programa da **revolução socialista**.

2. Em Portugal, a riquíssima experiência de luta do proletariado é, em geral, das massas trabalhadoras, depois do 25 de Abril de 1974, libertou o movimento popular de muitas ilusões de **eleitoralismo democrático-burguês**.

A agudização da luta de massas neste curto período, melhor do que anos e anos de propaganda comunista, demonstrou a milhares de trabalhadores em luta, através do aprofundamento das suas liberdades de organização e manifestação, pela prática do controlo operário sobre a produção e pelo poder popular, **que não pode haver meio termo entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado**.

Mesmo os sectores burgueses «democráticos», na fase actual do desenvolvimento capitalista, estão totalmente subordinados aos interesses do grande capital e do imperialismo internacional e mostraram claramente que, quando a intensificação das lutas põe em causa a dominação desses mesmos interesses sobre o povo, sacrificam de imediato as liberdades e a democracia (burguesas), **para se aliarem às forças mais reaccionárias do capitalismo, às forças fascistas e fascizantes**.

Todas as ilusões de uma qualquer «terceira via» uma vez mais provaram ser aspirações reaccionárias de pequeno-burgueses, sem qualquer viabilidade histórica.

Por isso, mesmo a simples defesa das liberdades elementares dos aspectos da democracia burguesa que favorecem a organização e a consciencialização dos proletários e de todos os explorados e oprimidos, **não pode ser confiada a este ou aquele sector da burguesia** e tem de ser assegurada pelo esforço principal da classe operária, através

de uma correcta política de alianças que não entregue a direcção do movimento popular a aqueles que não lhe podem garantir o êxito.

A burguesia deixou há muito de ser uma classe revolucionária! Na fase imperialista do capitalismo, a burguesia luta pela sobrevivência e pela conservação dos seus privilégios de classe, o que só pode fazer tentando retirar à classe revolucionária da nossa época todos os meios que favoreçam a sua luta emancipadora.

3. Em Portugal, depois do triunfo da contra-revolução em 25 de Novembro de 1975, a luta do proletariado revolucionário passou a uma fase de resistência.

Mas esta luta só ganha significado e a sua vitória só está assegurada, na medida em que o proletariado revolucionário esteja inteiramente consciente da **actualidade da luta pelo Socialismo**.

As conquistas fundamentais dos trabalhadores estão, nesta fase em que a ofensiva popular foi derrotada, fortemente ameaçadas. **A restauração completa do domínio de classe dos exploradores só se fará pela completa destruição** dessas conquistas. Por isso, a sua defesa exige que toda a luta de resistência seja conduzida no sentido do relançamento da ofensiva popular, em direcção à conquista do poder pelos trabalhadores.

Impõem-se em todos os terrenos da luta a defesa das conquistas fundamentais do povo, como as nacionalizações e a Reforma Agrária, e os objectivos como o controlo operário e a organização do Poder Popular, fazendo dos seus órgãos terreno para a unidade revolucionária de resistência ao fascismo e ao capitalismo e para relançar a ofensiva popular, objectivos como o combate antimilitarista de classe, pela destruição do Exército burguês e pelo exército popular.

A ameaça fascista só será definitivamente afastada, quando for o povo, com a classe operária à cabeça, a tomar conta de toda a sociedade e a dirigi-la em todos os aspectos.

4. A luta pelo programa da **Revolução Socialista** é a única alternativa revolucionária que hoje se coloca aos trabalhadores de Portugal, é o único caminho seguro para a organização da

vanguarda revolucionária de classe, para a formação do Partido revolucionário da classe operária, **imprescindível para a vitória dos explorados e oprimidos sobre a burguesia e o capitalismo**, é a única posição consequente com a defesa do Socialismo Científico e o combate ao revisionismo.

Só a luta pelo programa da **Revolução Socialista poderá levar os trabalhadores ao poder**, sob a direcção da classe operária e do seu partido revolucionário, pelo exercício da ditadura do proletariado, entendida como a edificação do seu poder democrático de classe.

5. A luta pelo programa da **Revolução Socialista** é a única via consequente com os deveres internacionalistas do proletariado para com a luta vitoriosa de emancipação dos povos oprimidos pelo colonial-fascismo e pelo imperialismo internacional na África e na Ásia. A libertação total desses povos do jugo imperialista só poderá ser levada a cabo em aliança militante com o proletariado das metrópoles imperialistas, através do avanço da **Revolução Proletária** nos países capitalistas avançados.

O combate consequente ao neocolonialismo e a construção de sociedades onde não haja lugar para a exploração do homem pelo homem na Indochina, na África e na América Latina só sairá vitorioso **quando o proletariado das grandes nações CAPITALISTAS derrubar o jugo das burguesias nacionais desses países**. A situação particular do nosso país, caracterizada por um capitalismo inteiramente dependente do imperialismo europeu e americano, mas onde uma prolongada guerra colonial forjou uma aliança indestrutível entre os trabalhadores portugueses e os povos das ex-colónias, conduz a que a luta do proletariado português pelo programa da **Revolução Socialista** venha a poder repor a actualidade do socialismo nos países da Europa capitalista, contribuindo para superar decênios de impasse e crise no movimento operário internacional, mostrando a verdadeira face dos que propõem as vias «pacíficas» de transição para o socialismo e mais não fazem do que iludir o seu abandono das posições revolucionárias.

## a informação pluralista...

Portela Filho não é um editorialista astuto. É um sobrevivente. Sobrevivente de um período de vida do nosso país em que a censura desculpava os escritores medíocres e fazia acreditar muita gente em que a queda do fascismo havia de revelar uma heia-de de autores do tamanho de Eça ou de Camilo na nossa literatura e no nosso jornalismo. Portela Filho, como muitos dessa geração sobrevivente, era uma espécie de **Eça de Queiroz** que, como nunca tivesse tido tempo de escrever os **Maias** por ter de ganhar a vida modestamente como tipógrafo ou revisor de provas, contentava-se com uns trocadilhos e uns gracejos que a censura deixava passar no «**República**»...

O 25 de Abril impôs a Portela Filho e aos

seus pares um dever e ofereceu uma oportunidade. O dever de mostrar o que eram afinal capazes de criar. A oportunidade de por a técnica dos trocadilhos e dos gracejos ao serviço dos que agora se sentiam ameaçados mas ainda tinham o dinheiro suficiente para defender a liberdade da **Imprensa capitalista**. O dever de escrever e a oportunidade de brilhar.

Portela Filho foi dos que melhor tirou partido desta oportunidade. Brilhou! Talvez até se tivesse julgado alguém com **poder** neste País. Não era ele capaz de, em 3 ou 4 parágrafos do seu «novo» jornal, reduzir à dimensão provinciana do ditador Salazar o próprio general Gonçalves? Não era ele capaz de em 3 ou 4 tiradas reduzir a re-

## EM FRENTE PELO II CONGRESSO!

Nos dias 13, 14 e 15 realiza-se a parte final do II Congresso do MES. Será o culminar do intenso processo de discussão política em que se encontram empenhados os militantes comunistas do nosso Movimento, um momento de grande importância para a definição das perspectivas estratégicas, tácticas, ideológicas e organizativas do MES, um contributo significativo para o fortalecimento da esquerda revolucionária no combate à reconstrução capitalista e à ameaça fascista.

Sem vacilar perante a ofensiva da burguesia e dos seus agentes, sem hesitar perante as calúnias e ataques dos esquerdistas e dos reformistas, barrando o caminho às tentativas liquidacionistas surgidas no rescaldo do 25 de Novembro, os militantes comunistas do MES têm sabido responder às dificuldades com a força da sua dedicação à **Revolução Socialista**, lutando ombro a ombro com todos os revolucionários no amplo movimento de resistência popular que se vem desenvolvendo.

O II Congresso do MES é o resultado do trabalho colectivo e organizado no seio da nossa organização, a síntese da nossa experiência de luta ao longo de todo o processo revolucionário, a definição das tarefas dos comunistas na actual fase da ofensiva burguesa, o apontar dos caminhos a desbravar no sentido da **Revolução Proletária**, do Socialismo e do Comunismo.

Neste número do «**PODER POPULAR**» dedica-se um importante espaço ao II Congresso, divulgando-se alguns dos textos programáticos mais importantes que, neste momento, estão a ser discutidos no seio do Movimento. As tarefas de preparação e organização do II Congresso ultrapassam, assim, os limites internos, estendendo-se às massas populares e ao conhecimento dos militantes revolucionários portugueses.

colação em marcha à dimensão das pequenas histórias de larápios, delinquentes juvenis? Ele, o Portela, tinha o seu público, que o aplaudia sempre que amesquinhasse a Revolução e os homens que a serviam... Portela até talvez se tivesse julgado o número de um desse poder de que tantos falam e tão pouco compreendem: a **opinião pública**.

Mas a história não tem contemplações. O «companheiro» Vasco já não apóia os meios burgueses. O espectro do Exército Popular, do povo em armas, já não assusta a propriedade privada. O Governo já é instrumento seguro da restauração do poder burgueses. **A opinião pública** já começa a ser domesticada. E Portela Filho, o jornalista sublime, é es-

coraçado pura e simplesmente porque... não cumpria o estatuto editorial. Dava abrigo nas páginas do «**Jornal Novo**» a correntes de opinião que já cumpriram o seu papel: o GIS. A partir de agora, a burguesia já pode velar ela própria pela salvaguarda das amplas «liberdades» de exploração e opressão sobre o povo. E a administração do «**Jornal Novo**» já pode dispensar os publicistas como Portela. Estamos na época da recuperação dos Barradas de Oliveira e Dutra Faria...

Mas a Portela Filho resta-lhe a consolação de poder rever, na tranquilidade do lar, as páginas «brilhantes» que escreveu.

Os mercenários também precisam do seu repouso de guerreiros.

«Tomemos o caso duma empresa estruturada segundo os moldes capitalistas:

Por um lado os trabalhadores não têm um apoio técnico e planificado que lhes permita à partida conduzirem os seus próprios destinos.

Por outro lado, a gestão capitalista, segurando basicamente o seu próprio sistema, começa por deixar que se vá desorganizando toda a planificação e organização do trabalho, entravando com isso a rentabilidade da produção, reduzindo por isso ao máximo os postos de trabalho.

Este texto, elaborado pela CT da Edifer, põe de claro a importância de questões como o controlo operário: se os trabalhadores não querem pagar eles próprios a crise provocada pelas contradições do sistema capitalista, terão que começar a preparar-se para novas relações de produção, exercendo um máximo de controlo a todos os níveis.

Perante a súbita e brutal ofensiva reaccionária que teve início em 25 de Novembro uma parte significativa de sectores operários ficou «pregada» no chão — em parte devido à insuficiente consciencia política e de classe de alguns desses sectores, em parte devido à necessidade de equacionar em novos moldes os problemas e táticas nesta fase; mas também porque não possuindo uma direcção capaz, que ultrapasse a sua parcelização e forge uma resposta imediata na prática, necessitam de

bastante tempo para se reagruparem e manterem a luta.

É pela necessidade de fazer uma correcta avaliação das posições alcançadas, dos erros cometidos e do modo de superá-los que decidimos entrevistar um elemento da Comissão de Trabalhadores da EDIFER, empresa de 1600 trabalhadores que, pela sua prática e pela correcção de algumas posições assumidas, deu valiosos contributos para a organização dos trabalhadores do ramo.

# EDIFER

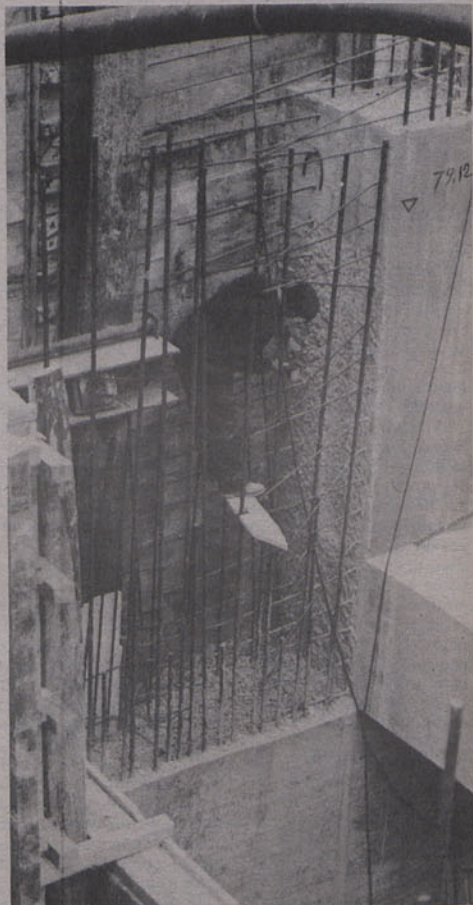
## — balanço de uma luta

repetidas tentativas de unir as organizações de trabalhadores da construção civil foram sucessivamente boicotadas e como se trata de um ramo em que ainda é muito fraca a consciencia de classe é indispensável avançar formas organizativas correctas que a fortaleçam. Só ao fim de muitas tentativas as organizações sindicais nos deram luz verde, e foi porque pensaram que em vez de boicotar mais valia assumir a direcção. Foi assim que se reuniram 7 direcções sindicais e 30 CT's. Nessas reuniões, apresentámos uma série de propostas que visavam o reforço da luta pelo CCT e levaram à greve e à manifestação de S.Bento.»

O camarada da Edifer descreveu a seguir os já conhecidos acontecimentos que tiveram lugar durante a luta pelo CCT e culminaram no «cerco» de S.Bento. A nota dominante desta descrição é a imaginação desenfreada das várias direcções sindicais no que toca ao boi-

cote, desmobilização e controlo dos trabalhadores, servindo interesses que lhes eram alheios. Assim, o sindicato chega a chamar divisonista a uma luta que juntou na rua centenas de milhares de trabalhadores.

«Os representantes sindicais (ou pelo menos alguns deles) — continuou o camarada da Edifer — acabaram por controlar os altifalantes, os telefones, as entradas do palácio, etc. O único representante das comissões de trabalhadores que conseguiu ficar lá dentro foi um camarada nosso da CT da Edifer, que mesmo assim foi impedido de entrar no gabinete de negociações e que acabou por ser posto de lado quando quis impedir a desmobilização. Entretanto a direcção sindical tinha atingido os seus fins: desmobilizar os trabalhadores, enganá-los, reduzir-lhes outra vez a zero a organização autónoma, e defender a pactuação com o VI Governo, que é como quem diz os interesses do capital.»



## até ao 25 de Novembro

**Poder Popular:** «Como surgiu a CT da Edifer e quais tem sido as lutas dos trabalhadores, relacionado-as sobretudo com as lutas dos operários da construção civil?»

**CT DA Edifer:** «A CT da Edifer surgiu como em muitas outras empresas de «modo exponencial» desenvolvendo uma actividade de início bastante inexperiente e que se baseava principalmente em reivindicações económicas e sociais elementares. Foi portanto à custa dos próprios erros que a organização dos trabalhadores amadureceu e fortificou e que conseguimos uma série de importantes regalias económicas e sociais. Muitas empresas de grande envergadura adoptaram o nosso esquema organizativo e a troca de experiencias tem sido muito útil.

«A partir de Janeiro de 75 compreendemos a necessidade de ultrapassar o nível individual e descordenado das lutas. Apesar da ideia que nos queriam impingir de que já tínhamos um Governo de carácter «socialista» pareceu-nos que eram os próprios trabalhadores que deviam organizar-se para lançar uma ampla ofensiva e serem capazes de controlar

eles próprios os seus objectivos finais, pois não admitiamos que o aparelho de Estado, como defensor que era (e é) do capital, estivesse em condições de fazer-lo em benefício dos trabalhadores. Por isso começamos a estabelecer contactos com outras empresas e vários sindicatos para fazer um encontro de organizações, a pensar que podíamos lançar as bases de qualquer coisa no género de uma coordenação de CT's. Tudo isto tinha sido muito bonito se o nosso sindicato não tivesse feito tudo para boicotar os encontros. A ideia deles é que organizações de trabalhadores «está muito bem, mas só através dos sindicatos», ou então pondo as organizações autónomas a reboque dos sindicatos. Por detrás de tudo isto era muito claro o jogo do PC (que cada vez mais se denunciaria e trairia os trabalhadores).

«Duma das vezes em que a Edifer fez frente ao sindicato no sentido de avançar a organização autónoma dos operários só não começamos porrada a sério porque um camarada nosso interveio à laia de hábito mostrando o cartão (do PC) ao «adversário»...

«O certo é que as nos-

## não ceder um passo

**Poder Popular:** «A partir deste ano, e nas condições criadas pelo golpe reaccionário do 25 de Novembro, como pensam vocês que deve ser orientada a luta dos trabalhadores?»

**CT da Edifer:** «Depois do 25 de Novembro temos adoptado uma tática mais «suave», é claro que o patrão já pode opor à nossa força a lei brutal da GNR. Isto não quer dizer que a gente cada 'pois sabemos que assim que recuarmos um passo o patrão nunca mais pára de avançar'. Também ainda não desistimos de articular as organizações autónomas dos trabalhadores e estamos a estabelecer contactos para o levar à prática.

«A CT da Edifer pensa

que os trabalhadores não podem avançar na sua luta sem um sindicato forte; o que vai mal não são os sindicatos por si, mas sim uma parte das suas direcções e estruturas. Nós não queremos que os operários da construção civil abandonem os sindicatos só porque eles não estão a defender correctamente os seus interesses. Pelo contrário, pretendemos que eles se unam e reforcem a reconstrução sindical.

«É esse o objectivo que norteia a nossa ideia de coordenar as CT's do ramo: ractivar a luta, desencadear acções globais (e não parcelares, uma em cada empresa), e por assim as direcções sindicais à parede: ou servem os interesses dos

trabalhadores, nesse momento, ou a organização autónoma dos trabalhadores remodela a estrutura sindical e fornece novos quadros para os sindicatos. Em resumo: em vez de abandonar a organização sindical, tão importante para o avanço da luta dos trabalhadores, forçar a sua recuperação através da acção organizada dos trabalhadores.»

Parece-nos indispensável que a Edifer consiga levar avante as tarefas que se propõe, pois é necessário dar aos trabalhadores da construção civil a força organizativa necessária para resistirem à escalada reaccionária. No entanto, há que ter o cuidado do não deixar que a organi-

zação autónoma dos trabalhadores se subordine aos interesses e táticas da luta sindical. Trata-se, portanto, como dizem os camaradas da Edifer, de «não ceder um passo» nas conquistas dos trabalhadores; trata-se, portanto, de reforçar a organização ao nível de empresa, de consolidar a ligação entre CT's, e de utilizar a força que daí nasce para evitar alguns desvios e incorrecções nos outros campos de luta (sindical, por exemplo), não deixando porém debilitar o trabalho já feito, fazendo dos órgãos de poder popular algo mais do que a simples expressão da vontade dos operários — criando órgãos de acção, órgãos de poder e luta dos trabalhadores.

# TIMEX-NÃO aos despedimentos

A Timex é uma fábrica de relógios situada no Monte de Caparica.

O capital é americano. Capital que chegou a Portugal na mira da mão-de-obra barata que permitia lucros redobrados.

Como acontece em tantos outros casos de patrões estrangeiros exploradores de operários portugueses, os patrões da Timex não gostaram do 25 de Abril, não gostaram das reivindicações dos operários, sentiram saudades dos tempos fáceis (para eles) do Marcelo e do Tomás.

Hoje, mesmo com outro Marcelo e outro Tomás nos ministérios, mesmo com os militares revolucionários presos e com reaccionários nos postos-chave do Exército e aparelho de Estado, os patrões americanos ainda não estão satisfeitos. Sentem-se pouco seguros. E desagradam-se que os operários estejam organizados e tenham os seus órgãos representativos...!

Assim, alegando dificuldades no mercado internacional de relógios, os patrões pretendem reduzir o número de trabalhadores. Mas é curioso: ainda que a alegada crise seja mundial, são os operários portugueses que pagam as favas. E já agora, aproveitam para sanear os elementos ma-

is «incómodos» — 10 dos 15 elementos da Comissão de Trabalhadores e 9 dos 15 delegados sindicais estão na lista dos elementos a despedir.

## OS TRABALHADORES NÃO DESARMAM!

Afirma o comunicado dos trabalhadores:

«No dia 22 de Janeiro foi entregue pela administração aos órgãos representativos dos trabalhadores as listas de pessoal a excluir (668 trabalhadores) e também a pretensão unilateral de encerrar a fábrica no dia 23. Apontavam também vagas razões para fundamentar a sua necessidade de tomar estas medidas. Face a esta nova posição de encerrar unilateralmente a empresa de 23 de Janeiro a 9 de Fevereiro, os órgãos representativos dos trabalhadores entregaram no M. T. uma carta dizendo estarem os trabalhadores da Timex perante uma situação de LOCK-OUT ilícito, pedindo também que este se pronunciasse sobre o assunto e requisitasse todos os meios necessários (incluindo transportes) para o normal funcionamento da empresa. Os trabalhadores reuniram em A. G. no dia 23 e decidiram, face à decisão unilateral da administração em encerrar a empresa, comparecerem na fábrica na

segunda-feira dia 26. No dia 26 foi dado conhecimento, por carta, ao ministro do Trabalho da comparação dos trabalhadores na fábrica. Não estando a trabalhar por dificuldades técnicas, os trabalhadores encontram-se concentrados na cantina.»

Como acontece frequentemente com as fábricas pertencentes a grupos multinacionais, a Timex da Caparica depende do resto da empresa, tanto para fornecimento de peças como para colocação nos mercados. Apenas de 3 a 5 por cento da produção se destina ao mercado nacional.

Entretanto Portugal importa dezenas de milhares de contos em barómetros, relógios e outros instrumentos que a Timex poderia produzir. É a Timex corre o risco de ver a sua produção baixar para metade...

## UM PROBLEMA GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

— O IMPERIALISMO — Os operários da Timex permanecem unidos e firmes na sua decisão — não aceitar nenhuns despedimentos.

Estão dispostos a lutar para os impedir. Neste sentido desenvolvem esforços para desencadear a solidariedade das outras fábricas, nomeada-

mente as multinacionais, onde os operários estão sujeitos a manobras semelhantes:

Afirma o boletim da Timex:

«Apesar das declarações sem carácter oficial, emitidas por alguns representantes do M. T., que vão no sentido de considerar estar-se perante um «lock-out» ilícito independente do processo que manifesta a intenção de se proceder a um despedimento colectivo e dado que na prática ainda não foram garantidos os interesses dos trabalhadores, consideramos os órgãos representativos dos trabalhadores o seguinte:

«1) Continuar a afir-

mar que o problema TMX não é um problema específico dos trabalhadores da TMX, mas sim um exemplo do problema geral dos trabalhadores portugueses e em especial dos trabalhadores das multinacionais que se traduz pela luta contra o imperialismo e pela independência nacional.

«2) Continuar a desenvolver as formas de luta que tinham delineado até que estejam garantidos na prática os seus reais interesses.

«3) Realizar a curto prazo um plenário das C. T. das multinacionais (4/2/76) e um plenário das C. T. do distrito de Setúbal (5/2/76) em conjunto com o Secret. Pro-

visório das C. T. das Multinacionais, continuaremos os esforços já desenvolvidos para a criação de uma frente de luta anti-imperialista e para discussão dos trabalhos a desenvolver para uma possível realização de uma grande sessão de esclarecimento ou manifestação.»

Deste modo desenvolve-se a organização dos trabalhadores para fazer frente às manobras dos capitalistas estrangeiros.

**A luta em cada fábrica é a luta de todos nós.**

**Contra o capitalismo**

**Contra a exploração**

**Contra os despedimentos e a miséria**

**Unidos e organizados, venceremos!**



# UNIR PARA LUTAR

célula da Automática Eléctrica Portuguesa

## CAMARADAS:

É uma verdade que a maioria dos operários da nossa fábrica estão fartos das lutas entre partidos, das divisões que por vezes se criam — e portanto estão de «pé atrás» para toda e qualquer discussão ou actividade que «cheire a política».

Mas, também é verdade que as nossas conquistas estão a sofrer graves ameaças, ataques e roubos, através do aumento de preços, do congelamento dos salários, da libertação dos «pides» e outros fascistas e a tentativa de repressão novamente exercida pelo patronato e seus lacaios.

É necessário resistir e lutar.

É necessário estarmos UNIDOS.

É com a UNIDADE que poderemos evitar o recuo ao «antes do 25 de Abril». Essa UNIDADE DE TODOS OS OPERÁRIOS E DE TODOS OS TRABALHADORES DA P. A. E. P. terá que ultrapassar a divisão criada por alguns partidos.

É necessário construí-la, e para isso devemos reflectir e compreender as causas da nossa divisão, o papel dos vários partidos e saber encontrar as formas correctas de atingir a unidade.

## PORQUE ESTAMOS DIVIDIDOS?

A causa principal da nossa divisão é não termos conseguido desde o início da nossa luta, construir a nossa

organização de classe, forte e combativa, para poder resistir a todos os ataques dos patrões e seus lacaios, quer directamente, quer por via dos partidos burgueses que mais não são que falsos democratas.

É um facto que «os nossos» CT's pouco ou nada fizeram para o avanço da nossa unidade e consciência de classe; muitas vezes pactuaram objectivamente com divisionistas e isto porque nunca se organizaram em bases sólidas, nunca definiram uma política que realmente nos unisse e defendesse, porque se isolaram de todos nós.

Os partidos do patronato reaccionário como sejam o CDS e o PPD, só tiveram que aproveitar este estado de coisas e através dos seus adeptos, souberam cavar e aprofundar a nossa divisão conquistando alguns simpatizantes no nosso meio.

Outros partidos, falsos amigos dos trabalhadores, através de pequeno-burgueses ou de camaradas enganados, puseram à frente dos nossos interesses de classe, a rivalidade partidária, a caça ao voto e a calúnia.

## Como lutar pela nossa unidade?

Neste momento, depois do golpe reaccionário de 25 de Novembro, que veio reforçar o patronato e as suas organizações, está a ser desencadeada uma forte ofensiva pelos órgãos do Poder (Governo e Conselho da Revolução) contra as nossas conquistas — Teremos que nos UNIR em volta da sua defesa.

— Porque o inimigo é comum, todos sofremos com

as medidas de austeridade, com a repressão. As consequências são as mesmas quer sejamos do partido A ou B; ou aceitamos a derrota e teremos a miséria e a fome, ou não a aceitamos e teremos que combatê-la numa frente unida, com armas e respostas iguais. Só assim seremos FORTES e seremos capazes de VENCER.

É esta a realidade que vivemos.

E partindo desta situação que iremos construir a nossa UNIDADE DE CLASSE.

Para que esta unidade de classe seja alcançada, é necessário fortalecermos a nossa organização de classe. É necessário que a CT represente e defenda os nossos interesses e que funcione democraticamente de modo a que seja uma comissão de todos nós, trabalhadores da A. E. P. e não apenas de alguns. É necessário ligarmo-nos às lutas de todos os trabalhadores, defender os órgãos de Poder Popular e o Controlo Operário. É necessário combater as medidas anti-operárias e anti-populares do governo da burguesia e lutar contra as mentiras da Informação, avançando com a Imprensa popular. Assim, forjando a nossa unidade na nossa luta, defenderemos as nossas conquistas e criaremos as condições para relançar a ofensiva popular que nos trará a vitória.

## UNIR PARA RESISTIR LUTAR PARA VENCER

Célula do MES da Automática Eléctrica Portuguesa  
22/Jan/76.

# UNIR O MOVIMENTO POPULAR

A situação política actual caracterizada pela ofensiva repressiva da burguesia, visando a liquidação das conquistas revolucionárias do povo trabalhador, a inversão total do processo de transformação social aberto em 25 de Novembro e arrastando consigo a ameaça fascista, coloca como um das questões políticas centrais, a questão da unidade.

O refluxo para que o movimento operário e popular foi remetido após a derrota que o golpe reaccionário de 25 de Novembro impôs ao movimento de massas e ao proletariado revolucionário, a par da confusão e divisão que atinge largos sectores das classes trabalhadoras, fruto, fundamentalmente, da política de utilização dos trabalhadores como massa de manobra praticada pelos social-democratas (no terreno eleitoral e sua exploração) e pelos reformistas (no terreno da luta reivindicativa, sabotando a sua união com a luta política de classe, para defenderem e alargarem as posições ocupadas no aparelho de Estado burguês), contribuem, igualmente, para o forte projecto de unidade sentido pelas massas.

Numa situação com estas características as forças revolucionárias têm pesadas responsabilidades, nas quais avulta a necessidade de uma correcta política de unidade. E isto tanto mais que os chefes reformistas não hesitarão, em nome da unidade, em praticar uma política de pactuação com os piores inimigos do povo trabalhador e, em nome da unidade, em praticar uma política que, vitoriosa, colocaria o movimento de massas a reboque dos interesses da burguesia liberal.

Para os defensores das concepções revisionistas no seio do movimento operário e popular, a unidade é sempre encarada como a unidade entre chefes e partidos e nunca como a unidade do próprio movimento de massas; como a unidade sem princípios do proletariado com sectores da burguesia e não como a unidade real do bloco social necessário à fase de luta vivida.

Quais são então as posições que os comunistas devem defender em relação à política de unidade na fase actual?

A resistência popular à ofensiva fascista tem como motor e força fundamental e decisiva o movimento popular de massas. Só o movimento e a luta dos explorados e oprimidos pode

rá erguer uma barreira suficientemente forte para se opor aos projectos de reconstrução do aparelho repressivo de Estado, de utilização dos meios de comunicação social como máquina de propaganda contrarrevolucionária e de salvação da crise económica à custa da miséria do proletariado e demais trabalhadores que a burguesia e o imperialismo tentam levar por diante.

Não só a força como a justa orientação do movimento de resistência popular, têm de ser forjadas e encontradas no movimento de massas antifascista e anticapitalista. A história e a teoria revolucionária ensinam não só que o caminho mais rápido para a derrota é a entrega do proletariado nas mãos dos sectores democrático-burgueses, mas também que a política reformista é incapaz de um combate consequente antifascista.

A clara definição do inimigo principal — as forças fascistas e fascizantes e o imperialismo liderado pelos Estados Unidos da América — e o combate sem tréguas que é necessário dar-lhe, não nos pode afastar do combate a dar, igualmente, às concepções erradas no seio do movimento operário, às forças reformistas e revisionistas, onde se destaca o P.C.P., que devemos considerar como adversários. O duplo combate que temos de travar, contra as forças burguesas e imperialistas, por um lado, e contra as forças que sabotam o desenvolvimento autónomo e vitorioso da luta emancipadora das classes trabalhadoras, por outro lado, não nos pode remeter para uma posição sectária. A única forma de evitar o sectarismo ou a unidade sem princípios é a de desenvolver esse duplo combate na luta do movimento popular de massas e da luta pela disputa da sua direcção capaz de lhe garantir uma orientação justa e o papel decisivo na resistência popular.

O golpe reaccionário de 25 de Novembro veio interromper uma situação em que após o desenvolvimento na base de órgãos de Poder Popular (Comissões de Trabalhadores e de Moradores), se assistia ao aprofundamento de uma situação embrionária de dualidade de poderes. O golpe reaccionário da direita militar não só liquidou uma situação revolucionária, remetendo o proletariado para a defensiva, como desferiu ou permitiu desferir, golpes profundos na própria organização popular e de

classe, liquidando as Comissões de Soldados e limitando fortemente o campo de acção e desenvolvimento de órgãos como as Comissões de Moradores e as Assembleias Populares. A dualidade de poderes em aprofundamento foi em grande parte desmantelada, pois desmantelada foi a organização autónoma de massas dos soldados e marinheiros e o alinhamento de parte substancial da força organizada das armas com os interesses dos trabalhadores, quer a possibilidade da articulação do poder exercido pelas massas populares na base, local e parcialmente, com a sua expressão política global.

Os órgãos decisivos na ofensiva política do proletariado e seus aliados em direcção à conquista do Poder político — «soviets», «conselhos», «órgãos do Poder Popular» — e instrumentos privilegiados para o seu exercício, para a edificação de ditadura democrática de classe do proletariado, são sempre numa fase intermédia do seu desenvolvimento, ainda no seio da sociedade capitalista, órgãos de poder e também de luta, órgãos criados no decurso da luta pelas próprias massas e que ganham uma dimensão política pela ultrapassagem dos limites reivindicativos-económicos, pela oposição aberta do Poder das massas populares ao Poder capitalista.

O golpe reaccionário da direita militar não pôs termo à crise de dominação da burguesia, apenas criou condições mais favoráveis para esta a resolver em seu favor. E, se a crise de dominação da burguesia se mantém em aberto, em aberto se mantém a questão do Poder. Por outro lado, a organização do Movimento operário e popular, não tendo ainda sido atacada em força, continua a permitir uma intervenção activa das massas a esse nível. É por esta dupla situação — crise do domínio de classe da burguesia/situação organizativa do movimento popular de massas — que a perspectiva correcta da organização da resistência popular à ofensiva burguesa e à ameaça fascista é aquela que não é exclusivamente defensiva, antes se baseia na luta pela criação de condições para o relançamento da ofensiva popular.

A crise da dominação burguesa na sociedade portuguesa, e a impossibilidade da estabilidade a curto prazo de qualquer regime político capitalista, mesmo

o mais autoritário, mantém a actualidade da luta pelo Socialismo, mantêm colocada a necessidade e a possibilidade de uma resposta revolucionária à questão do Poder.

## objectivos

Esta é a orientação global para a luta pela unidade do movimento popular de massas, que se traduz nos seguintes objectivos:

1.º — Sabendo que a alteração da correlação de forças e das próprias condições da luta de classes no nosso País impõe aos órgãos de Poder Popular a sua afirmação — essencialmente enquanto órgãos da luta (não confundir luta com carácter reivindicativo ou economicista) há que erguer uma forte barreira à ofensiva e à ameaça fascista, barreira onde todos os instrumentos da luta de massas (Sindicatos, CM's, CT's, Assembleias Populares, Comissões de Luta, etc.) tenham o seu papel bem definido.

2.º — Sabendo que a burguesia tudo fará para atacar e enfraquecer a organização operária e popular, há que reforçar a luta por

uma real e efectiva ligação de todos os órgãos às massas, a luta pela centralização dos órgãos de Poder Popular (na perspectiva da criação em cada zona possível de Intercomissões, ou Conselhos, de trabalhadores e moradores, respectivos Secretariados e sua articulação, no quadro das Assembleias Populares, em Comités de Luta capazes de organizarem em cada zona a resistência de massas aos ataques do poder burguês) e pelo reforço da sua coordenação, sem perda de autonomia, com a organização sindical, para impedir o isolamento dos órgãos de massa e das lutas, e a possibilidade de estragos fáceis produzidos pelo inimigo nas fileiras da resistência popular, oferecendo-lhe uma frente unida e organizada.

3.º — Sabendo que a estratégia do P.C.P., passa pela liquidação dos órgãos de Poder Popular, não em si, mas reduzindo-os aos quadros da organização sindical (C.T.) e da organização estatal do poder local (C.M.'s e A.P.'s) no quadro táctico, mais vasto, da aceitação do papel (não contraditório com a sua linha política) que as forças burguesas mais avançadas (liberais e social-democratas) lhes destinam, isto é, o de controlar, mantendo-o dentro de limites toleráveis (para a burguesia) o movimento de massas; sabendo, igualmente que as forças que combatem a linha revisionista do P.C.P., sem saírem do campo das concepções revisionistas, como a U.D.P./P.C.P. (R) desenvolvem uma acção que, concebendo os órgãos de Poder Popular, não como reais e efectivas forças de afirmação dos explorados e oprimidos, não como contra-poderes radicais ao poder burguês, mas sim quase exclusivamente como pequenos parlamentos populares (daí a designação de órgãos de vontade popular), isto é, passando em grande parte ao lado da natureza e característica revolucionárias destes órgãos de massa, sabotam duplamente a unidade do movimento popular de massas, tentando instrumentalizar as Comissões de Trabalhadores e de Moradores à sua luta sectária e limitada contra o P.C.P. limitando, desse modo, o seu funcionamento e isolando-as das outras formas de organização de massas, na mira de se afirmarem como pretensos representantes dum pretensão movimento popular; sabendo finalmente que uns

outros, à sua maneira, contribuem actualmente para a separação profunda da luta económica, pela melhoria real das condições de trabalho e de vida das massas trabalhadoras, da luta política, pela conquista e exercício do poder político; há que fazer dos órgãos de Poder Popular da resistência popular defendendo-os dos ataques da burguesia que visam a sua destruição pura e simples (o seu desaparecimento a maior ou menor prazo) e dos ataques dos que visam destruir ou limitar as suas potencialidades revolucionárias. Há que fazer dos órgãos de Poder Popular os pilares do combate à estratégia reformista do movimento de massas, organizando a luta abaixo duma orientação que, recusando o defensismo estreito, possibilite a criação de condições políticas e organizativas, para o relançamento da ofensiva popular, isto é, colocando o cerne da defesa das liberdades democráticas na luta contra a repressão, da defesa da Reforma Agrária no desenvolvimento das cooperativas e Conselhos de Aldeia, nas Nacionalizações, na luta pelo Controlo operário, do combate ao aumento do custo de vida e do desem-

prego na luta contra a reconversão capitalista da economia portuguesa e a dependência em relação ao imperialismo.

Estes objectivos da luta pela unidade do movimento popular de massas devem servir para nos lembrar, e às massas, que a unidade não se pode desligar do objectivo que serve, que os revolucionários não podem lutar pela unidade sem lutar pela defesa e avanço do processo revolucionário, pelo combate consequente ao fascismo, ao capitalismo e ao imperialismo e, simultaneamente, que na fase actual da luta de classes em Portugal o afastamento da questão do Poder dos objectivos do movimento de massas só pode servir para precipitar a derrota popular, isto é que os revolucionários não podem lutar pela unidade sem lutarem pela ultrapassagem, nos seus aspectos globais e nas lutas concretas, dos limites que canalizam o movimento de massas para a integração dos seus objectivos e da sua dinâmica no quadro da sociedade capitalista, que os revolucionários não podem lutar pela unidade sem lutarem pela resposta revolucionária à crise de dominação burguesa, à questão do Poder.

Em Faro, há cerca de uma semana, um plenário constituído por comissões de trabalhadores, comissões de moradores e um grupo de mulheres discutiram a actual situação política, e decidiram organizar-se para a luta contra o avanço da direita.

Assim nasceu o Comité de Luta, unitário, antifascista e anticapitalista da cidade de Faro. Reproduzimos na íntegra o programa de luta aí aprovado:

## SETUBAL — a luta dos moradores

A luta dos 500\$00 por assoalhada teve início em Junho de 1975, por iniciativa de vários moradores de Setúbal.

Existem neste momento cerca de 1000 depósitos na Caixa Geral de Depósitos, em nome dos moradores. Estes 500\$00 reverteriam a favor dos senhorios. Esta luta tem sido apoiada e levada à prática por outros moradores na zona de Lisboa e no Norte do País.

Antes do 25 de Novembro a luta era travada com mais ou menos facilidade, já que os tribunais e outras instituições burguesas não tinham força para se oporem à justa luta destes moradores.

Depois do golpe reaccionário do 25 de Novembro as coisas mudaram de figura; na posse de instrumentos de repressão (P S P, G N R) a burguesia ataca as conquistas dos trabalhadores

Na luta dos 500\$00 por assoalhada, é isto o que se passa neste momento:

Os senhorios servindo-se das leis que a burguesia fez para os proteger tentam desalojar os moradores com intimidações e ordens de despejo enviadas pelos tribunais.

Mas a resposta organizada dos explorados e oprimidos já se fez sentir: foi convocado um plenário para discutir o assunto e a conclusão foi unânime: «NINGUÉM ARREDA PÉ». «NEM UM SÓ DESALOJAMENTO».

Decidiu-se reestruturar o grupo dinamizador das rendas de casa, formando-se um grupo de trabalho

## FARO — programa de luta

1) Contra o avanço da repressão capitalista  
— Defesa do poder popular.  
— Lutar por um maior enraizamento dos órgãos de poder popular nas massas.  
— Lutar por objectivos novos a dar aos órgãos de poder popular, que de órgãos de afirmação do poder local, terão de se transformar em órgãos de luta e resistência.  
— Defesa de todos os militantes e activistas progressistas.  
— Defesa da liberdade de reunião, organização e manifestação.

2) Vigilância e denúncia, sobre o crescente reforço do aparelho repressivo da burguesia: armamento da G.N.R.-P.S.p. e profissionalização das Forças Armadas.

3) Vigilância e denúncia, sobre a libertação dos reaccionários presos e dos pides.  
— Lutar pela libertação

4) Luta salarial  
— Lutar contra o congelamento dos salários e carestia de vida e do desemprego.

5) Luta contra o aumento da repressão nos locais de trabalho  
— Pela afirmação da unidade dos trabalhadores na luta contra:

— a reintegração dos saneados;  
— a reorganização da repressão patronal (bufos e outros métodos);  
— os despedimentos políticos — saneamentos à esquerda.

Propõe-se como objectivos imediatos a seguir por este comité o seguinte:

1 — Lançamento de uma

mais amplo que passará a fazer parte integrante do Comité de Luta de Setúbal.

Este grupo de trabalho terá por fim coordenar e organizar todo o processo de luta. Começou a trabalhar desde logo, reunindo todas as noites no Centro Social da Quinta Alves da Silva.

O Movimento de Esquerda Socialista, consciente da justeza desta luta, dá todo o apoio activo e militante, colocando-se desde já ao lado dos moradores explorados e oprimidos contra os senhorios, os juizes, os tribunais da burguesia e do capital.

Neste momento existem perto de 1000 famílias em Setúbal cujo único crime é lutar contra o aumento do custo de vida, é lutar contra os salários de fome e as rendas de 3000\$00 e 4000\$00

Estas famílias estão em risco de se verem postas na rua, com todos os seus haveres.

Não tenhamos dúvidas, o VI Governo Provisório, ou seja, a burguesia no Poder irá pôr em causa todas as conquistas dos trabalhadores e não hesitará, como já o demonstrou, em recorrer à força das armas para reprimir os trabalhadores.

Hoje cabe a vez aos moradores de Setúbal, mas amanhã serão o Controlo Operário e a Reforma Agrária

Não devemos deixar isolar esta luta porque ela é de todos, é a luta dos que tudo produzem e nada possuem contra os que nada fazem e tudo têm.

E a luta do trabalho contra o capital!

— Lutar contra o aumento da exploração e opressão das massas trabalhadoras.

2 — Lançamento de uma campanha para a libertação dos militares revolucionários presos: agitação e propaganda, aprovação de moções, paralisações simbólicas, possíveis manifestações, etc.

3 — Lançamento de uma campanha contra a suspensão da contratação colectiva.

4 — Lançamento de uma campanha nos locais de trabalho e habitação, da necessidade de levantar uma imprensa popular, lançar iniciativas c/feitura de jornais de fábrica, de empresa, de bairro, etc.

5 — Organização de manifestações que se destinem à defesa dos órgãos de poder popular que comecem a ser atacados (ex. a nota do Ministério da Administração Interna sobre as comissões de moradores).

6 — Lançamento de uma campanha contra o aumento do custo de vida. Aprovações de moções, possíveis manifestações, etc.

7 — Lançamento de uma

Faro, 23 de Janeiro de 1976

Poder Popular 7



# SOBRE O MOVIMENTO

«Neste número do PODER POPULAR dedica-se um importante espaço ao II Congresso, divulgando-se alguns dos textos programáticos mais importantes que neste momento estão a ser discutidos no seio do Movimento.

As tarefas de preparação e organização do II Congresso ultrapassam, assim, os limites internos, estendendo-se às massas populares e ao conhecimento dos militantes revolucionários portugueses» (do EDITORIAL).

É neste espírito que publicamos o texto abaixo transcrito, esboço preparatório e instrumento de trabalho para a reflexão e discussão acerca do Movimento Comunista Internacional.

Façamos do II Congresso do MES um contributo importante para o fortalecimento ideológico da luta do proletariado revolucionário!



# 1

— A Revolução Proletária de 1917 na Rússia, a instauração do Poder dos Soviotes e a direcção organizada da luta e da insurreição pelo Partido Bolchevique, vieram apontar à classe operária e aos trabalhadores de todo o Mundo o caminho concreto para a sua libertação.

Depois da traição da II Internacional e do compromisso descarado da social-democracia com o poder da burguesia, o exemplo vitorioso da Revolução Soviética não só estimulou novas ofensivas revolucionárias em muitos países como veio colocar a actualidade da Revolução Socialista à escala internacional sob a direcção unificada da III Internacional, a Internacional Comunista.

# 2

— Os impasses e as derrotas da ofensiva operária na Europa nos anos 20, o bloqueamento das Revoluções Proletárias nascentes ocasionado pela social-democracia chauvinista, a abertura ao poder autoritário da burguesia e às soluções fascistas, facilitaram o isolamento e o cerco organizado pelo imperialismo contra o novo poder soviético.

8 Poder Popular

# 3

do partido e do controlo da economia e da cultura, a diluição da organização da vanguarda no aparelho de Estado, fomentados no período estalinista, explicam claramente que as teses revisionistas aprovadas no XX Congresso do P.C.U.S. traduzam apenas uma ruptura meramente formal com o estalinismo.

Assim,

— a substituição da teoria leninista da destruição violenta do capitalismo pela teoria da competição pacífica dos

expressão pública no seio do movimento comunista internacional da ascensão ao poder das castas burocráticas que constituíram o suporte do estalinismo e que retiraram à classe operária a direcção da sociedade.

# 5

— As concepções revisionistas aprovadas no XX Congresso do P.C.U.S. em 1956 representam pois a formalização no plano interno

# 6

— A vitória da Revolução chinesa sob a di-



# 7

— Incapaz no entanto de detectar as raízes mais profundas da degenerescência da Revolução de Outubro, possuído de uma visão mecanicista da origem do revisionismo na União Soviética, que reduz a um golpe de mão operado no XX Congresso do P.C.U.S., identificando a casta burocrática no poder com as burguesias dominantes nos países capitalistas e confundindo o hegemonismo soviético com a rapina imperialista, o P.C.C. adopta as teses do social-imperialismo para caracterizar a política externa da União Soviética. Cientificamente, a definição do imperialismo como estágio supremo do capitalismo não se compadece com analogias simplistas entre me-

# 4

— O afastamento das massas proletárias da direcção do estado e

sistemas e da fatalidade da vitória socialista pela superioridade abstracta do sistema económico;

— a transformação da tática leninista da coexistência pacífica em estratégia de conciliação de sistemas;

— o abandono do internacionalismo proletário, pela intensificação da política de zonas de influência;

— e a cedência à chantagem imperialista das armas nucleares;

Apenas representam a

do partido do afastamento da direcção proletária, no plano da sociedade o abandono duma linha de massas e da democracia operária e no plano internacional o desprezo por um trabalho autónomo de classe e pelas concepções revolucionárias da tática e da estratégia leninistas para a tomada do poder.

Consequência directa da adulteração da função do partido e da sua ligação às massas, o revisionismo continua

recção do P.C.C., para além de consistir numa enorme derrota para o imperialismo, trouxe grandes contributos à Revolução Proletária mundial, fundamentados na aplicação criadora do marxismo-leninismo à sociedade chinesa.

No justo enquadramento das contradições no seio do povo e do partido, no incremento e estímulo à crítica de massas, na defesa do primado do político sobre o económico, na impor-

# COMUNISTA INTERNACIONAL

canismos expansionistas de natureza diferente.

## 8

— Esta cegueira teórica conduziu o P.C.C., na luta encarniçada contra o revisionismo soviético, à prossecução de uma política externa profundamente reaccionária de conclusão objectivo com o imperialismo e de abandono do internacionalismo proletário, com trágicas consequências para o avanço da Revolução Socialista e para a unificação ideológica e organizativa do Movimento Comunista Internacional.

Casos como o do Chile, Sudão, Angola, etc, são exemplos.

Pelo simples facto de as forças que suportam a luta contra o imperialismo norte-americano terem o apoio da União Soviética, a China adoptou sistematicamente uma política de claro apoio às fracções da burguesia directamente ligadas ao imperialismo e, portanto, representantes dos seus interesses.

## 9

— Não se considere, no entanto, que aquilo que pode ser considerado como uma política progressista da União Soviética obedece aos princípios do internacionalismo proletário. A política externa da União Soviética, mesmo quando assume carácter progressista, não é revolucionária e muito menos internacionalista proletária, pois não visa a Revolução Socialista mas apenas o derrube dos pilares nacionais dos interesses imperialistas norte-americanos.

## 10

— Face a esta situação, a China alia-se

com os sectores das burguesias que considera de combater o «social-imperialismo» em ascensão o que não tem rigorosamente nada a ver com a luta pelo exercício da direcção proletária da luta revolucionária nos países dominados pelo imperialismo e nas próprias metrópoles imperialistas.

## 11

— A Revolução Cubana, pelo correcto aproveitamento das condições específicas e concretas para a insurreição e pelas formas assumidas pelo novo poder revolucionário, constitui outro marco decisivo na crítica ao monolitismo político e ideológico e às concepções capitulacionistas do revisionismo.

Embora parcialmente recuperada por este, face à dependência económica a que Cuba se condenou, a experiência da Revolução Cubana continua a indicar uma referência concreta de

luta contra as concepções revisionistas e sectárias no Movimento Comunista Internacional.

## 12

— As posições de coexistência e compromisso com o imperialismo propagadas pelo revisionismo sofreram um rude golpe nos últimos anos com as vitórias dos Povos da Indochina e de África contra o imperialismo e o colonialismo.

Depois da vitória da Revolução Cubana, foi a vez das massas populares do Vietname, do Camboja, de Moçambique, da Guiné e de Angola, demonstrarem a justiça da luta revolucionária armada como o único modo concreto de alcançarem a sua libertação. O imperialismo foi batido e obrigado a retirar face à disposição firme com que os povos subjugados empreenderam a sua luta de libertação, através da via revolucionária armada.

## 13

— A crise aguda do capitalismo, as derrotas que lhe são impostas pelas forças populares dos povos explorados, a oposição insistente levantada dentro das metrópoles imperialistas e o amplo movimento de solidariedade internacionalista para com os povos em luta pela sua libertação contribuíram decisivamente para a derrocada do imperialismo nessas zonas, ao mesmo tempo que reforçam a confiança e a organização popular em todos os campos de combate.

## 14

— A tática do revisionismo soviético tem consistido no esforço de apoio e recuperação das experiências de luta que a vontade determinada dos povos decidiu levar por diante.

Assim, pretendem camuflar o desmora-

to das suas teses reformistas e concludoras sempre com o objectivo de estender a sua influência e domínio às áreas estrategicamente relevantes.

Mas a nudez forte da verdade abriu-se para os povos de todos os quadrantes e o exemplo glorioso das revoluções triunfantes cria laços de entusiasmo e determinação em todos os explorados e oprimidos. As massas querem decididamente a revolução e compreendem definitivamente que só esta as libertará do jugo da opressão e exploração.

## 15

O imperialismo tem os seus dias contados e o hegemonismo soviético não terá melhor sorte, porque as massas rompem com o reformismo, encetam organizadamente a marcha revolucionária para a sua libertação apoiados no internacionalismo proletário militante e a caminho da independência nacional.

O princípio do interna-

cionalismo proletário negado na prática pelas duas maiores potências do campo socialista, tem que ser de novo erguido pelos proletários de todos os países na prática da solidariedade militante. Ele constitui o princípio em torno do qual a unidade dos revolucionários e a unidade dos interesses da classe operária se deve concretizar. E só com base na sua prática consequente se pode construir a verdadeira independência nacional, fora da submissão a blocos ou a interesses que não representem a vontade inequívoca e solidária de serem os próprios povos a assumirem os seus próprios destinos:

São pois, as tarefas da hora presente:

a) Reforçar as relações, numa base de igualdade, respeito mútuo e solidariedade militante com os povos dos países explorados, particularmente com as nossas ex-colónias;

b) Promover a aliança com a classe operária dos países capitalistas da Europa no sentido de ampliar a dimensão da base operária da esquerda revolucionária, fomentar trocas de experiência e memória de luta no caminho para a elaboração de um projecto unificado revolucionário alternativo ao domínio da burguesia e à proposta reformista do compromisso histórico;

c) Intensificar as relações com as organizações comunistas revolucionárias europeias, criar e fortalecer os órgãos de coordenação possíveis de avançar a cada momento, lançar as bases da Internacional Comunista.

Estas as tarefas da hora presente que permitirão alargar a influência das posições revolucionárias, combater consequentemente as ilusões reformistas e avançar com audácia na organização das forças proletárias capazes de assumirem o seu destino histórico de levar por diante a revolução socialista!

Poder Popular 9



As sequelas da guerra civil, nomeadamente a desorganização da economia, o peso do campesinato, o desaparecimento de parte dos melhores militantes da classe operária experimentados na direcção da luta, a desvitalização dos soviets e das organizações de massa, criaram condições para que as camadas privilegiadas do aparelho de Estado e do campesinato ganhassem uma importância política desmesurada.



# A ESTRATÉGIA DA BURGUESIA

1 — A situação da burguesia dominante

Os grandes grupos financeiros que jogaram no 25 de Abril a cartada da adequação do Poder político às necessidades do desenvolvimento capitalista em Portugal, no quadro da divisão imperialista do trabalho e dos mercados, sofreram ao longo do processo revolucionário importantes derrotas, causadas pela luta das massas populares, sobretudo após o 11 de Março, com as nacionalizações da banca e seguros e das indústrias básicas.

Esses grandes grupos não podem, no entanto, ser considerados como destruídos, na medida em que a intensa ligação ao capital internacional, desenvolvida nos últimos anos do regime fascista lhes permitiu, apesar das perdas significativas que tiveram em Portu-

mas experiências de controlo operário, que puseram em causa os mecanismos tradicionais da exploração da mais-valia e de acumulação do capital, acentuando a crise em certos sectores da indústria e abrindo-a noutros. O abandono de algumas empresas pelos industriais foi um sinal claro da profunda crise da burguesia industrial portuguesa incapaz de resistir ao avanço da luta e da organização da classe operária. Mas, sobretudo após o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro, assiste-se a um fortalecimento das posições da burguesia industrial que utiliza o enorme exército de desempregados existente em Portugal para recuperar algumas posições, a partir das novas condições de repressão e do medo dos despedimentos ou falências que atinge alguns sectores

notar que no Norte do País os seus interesses não foram decisivamente afectados, sendo também de salientar que essa classe exploradora não procura que as terras expropriadas e ocupadas sejam devolvidas aos latifundiários e que se regresses ao passado, estando sim apostada numa «Reforma Agrária» capitalista, que assegure a rentabilidade, a produtividade e o refinamento da exploração, a partir do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e do crescimento das forças produtivas no campo. Neste aspecto, são coincidentes estes interesses, com os da burguesia industrial, também ela interessada numa «Reforma Agrária» deste tipo, capaz de contribuir fortemente para o alargamento do mercado interno.

Se constatarmos que a parte do grande capital co-

ficientemente forte para que o processo de reconstrução capitalista se efectue.

2. A dependência do imperialismo no processo de reconstrução do capitalismo português.

O processo revolucionário português criou uma situação em que, ao nível da indústria, eixo fundamental no desenvolvimento capitalista, o Estado assume neste momento um papel de grande importância. Por outro lado, a margem de autonomia da burguesia portuguesa, em relação ao imperialismo, já bastante curta nos derradeiros tempos do fascismo, diminuiu enormemente ao longo do processo revolucionário, sobretudo devido ao enfraquecimento causado pela luta da classe operária portuguesa e à perda das colónias como local de investimento e de mercado. As-

nalógica do exterior é por outro lado outro factor importante a ter em conta. Em relação ao sector II (Produção de Bens de Consumo), se é um facto o grande peso da pequena e média burguesia industrial, é também uma realidade o investimento estrangeiro nalgumas das mais importantes empresas de certos ramos (têxteis, alimentação), a dependência do mercado externo das principais indústrias, e a também significativa dependência em relação à banca (hoje na posse do Estado).

Assim, pode afirmar-se que a burguesia portuguesa, para além de precisar de adaptar o aparelho de Estado e as instituições às suas necessidades de reorganização e recomposição, não tem autonomia suficiente para prescindir do capital internacional e do imperialismo, no seu pro-

chamam a «reconstrução do País».

3. Objectivo político da burguesia dominante: a imposição de um regime autoritário de fachada democrática.

A situação actual da luta de classes em Portugal, no rescaldo do 25 de Novembro pode resumir-se ao seguinte: a derrota da classe operária e do Povo teve efeitos fundamentalmente ao nível do aparelho de Estado, agora a caminho de se adequar às necessidades da reconstrução capitalista do País. Aos níveis político, militar e ideológico os resultados do 25 de Novembro estão bem à vista nas medidas adoptadas pelo Poder contra-revolucionário no sentido de liquidarem a dualidade de poderes que existia no próprio aparelho de Estado. A destruição das unida-

des militares progressistas e revolucionárias, da crescente organização dos soldados, dos marinheiros e dos oficiais anticapitalistas, a entrega do aparelho de informação e propaganda do Estado à burguesia e aos seus partidos, as medidas repressivas e antioperárias (prisões, cargas policiais, assassinios, aumentos de preços, congelamento da contratação, ataque à Reforma Agrária), enquadradas numa perspectiva de barrar o caminho à Revolução e preparar a restauração do Poder da burguesia.

No entanto, a classe operária, as massas populares, apesar da derrota sofrida mantêm ainda as estruturas fundamentais a partir das quais a resistência e o relançamento da ofensiva são possíveis. Os partidos progressistas, as organizações revolucionárias, os órgãos populares de base, os sindicatos, permanecem com a força suficiente para impedir que a recuperação burguesa seja feita fácil, pacífica e gradualmente.

A agudização da crise capitalista e os seus efeitos nas massas, o crescimento do desemprego, do custo de vida, da fome e da miséria, conjugados com a memória de classe ganha pelo proletariado ao longo de todo o processo revolucionário e com a debilidade e falta de autonomia da burguesia portuguesa na resposta a essa crise, são factores determinantes que tornam impossível a institucionalização duradoura de uma democracia burguesa em Portugal. Apesar da linha revisionista do PCP, o «compromisso histórico» não é visível no nosso País, fundamentalmente devido às condições objectivas da luta de classes e também pela fraqueza eleitoral dos reformistas.

Qual é então o regime político que interessa à burguesia portuguesa instituir? Será um regime fascista de tipo tradicional, sem partidos, com sindicata aparência de legalidade e de «democracia» mas fundado na repressão, no estabelecimento de rígidos limites à actividade política e à luta dos trabalhadores, um regime autoritário de fachada democrática?

Se considerarmos a dependência da burguesia portuguesa em relação ao imperialismo para o relançamento do processo de desenvolvimento capitalista, tanto no que respeita a investimentos, como a créditos, financiamentos, mercados e tecnologia, se levamos em linha de conta que a ligação com o sub-imperialismo europeu é a mais forte e aquela que mais rapidamente poderá desenvolver-se, se verificarmos o facto de muitos dos Estados da Europa capitalista terem nos seus Governos partidos sociais-democratas e estarem a caminho de incluírem a curto

prazo partidos reformistas (ultra-revisionistas) — França e Itália —, constata-se que um regime fascista tradicional não é certamente aquele que mais interessa, tal como está redigida neste momento entre em vigor, e porque mesmo com uma vitória eleitoral da direita, a utilização da força das armas com cobertura

fachada democrática (que estrategicamente lhe interessa), a tática dos exploradores passa pela criação de condições que lhes permitam «varrer o terreno»

numa fase intermédia (mais ou menos longa) de tipo brutal e militarista, pelo ataque violento às estruturas dos trabalhadores que se mantêm e que são um obstáculo à estratégia capitalista. Deste modo, os partidos progressistas e as organizações revolucionárias, os órgãos populares de base, os sindicatos, seriam um alvo principal nessa fase intermédia chamada fascizante.

É neste sentido que é importante considerar que há uma ameaça fascizante no curto prazo, havendo até fracções da burguesia, hoje com um importante peso no aparelho militar (ELP, MDLP), e com crescente importância partidária (CDS, PPD) que estão dispostas a antecipar um golpe militar fascizante para antes das eleições burguesas. Isto porque à burguesia não interessa que a Consti-

ta ameaça fascizante no curto prazo, havendo até fracções da burguesia, hoje com um importante peso no aparelho militar (ELP, MDLP), e com crescente importância partidária (CDS, PPD) que estão dispostas a antecipar um golpe militar fascizante para antes das eleições burguesas. Isto porque à burguesia não interessa que a Consti-

4. A ameaça fascizante

Do que ficou dito não se conclui que a ameaça fascizante seja desprezível. Pelo contrário, na medida em que na actual fase de luta de classes em Portugal a burguesia não poderá chegar paulatinamente a esse regime autoritário de

res, os revolucionários, devem responder pela unidade, organização e luta, preparando-se para a resistência e para os duros combates que se adivinham.

res, os revolucionários, devem responder pela unidade, organização e luta, preparando-se para a resistência e para os duros combates que se adivinham.

## PARA RECONSTRUIR O CAPITALISMO

gal, manter estruturas próprias e um funcionamento mínimo noutros pontos do globo. Por outro lado, o facto de, nem mesmo no período mais avançado do processo revolucionário ter sido abalada decisivamente a forma de funcionamento dos bancos, empresas seguradoras e indústrias enquadradas nesses grupos, permite afirmar que se a burguesia impuser um regime político que lhe abra o caminho à reconstrução capitalista da economia, a recomposição desses grupos financeiros ou de alguns deles não é tão difícil como poderá parecer à primeira vista.

No que diz respeito à burguesia industrial é também evidente que as conquistas operárias conseguidas no decurso da dura luta travada contra a exploração capitalista desde o 25 de Abril infligiram pesadas perdas aos seus vários sectores (grande, média e pequena burguesia). A combatividade, força e capacidade organizativa do proletariado impuseram aumentos de salários, diminuições de horários, algu-



do proletariado. E assim que o fenómeno do regresso dos patrões se torna significativo, contando com a cumplicidade actuante do VI Governo Provisório, disposto a devolver à burguesia industrial grande parte das fábricas hoje ainda ocupadas e geridas pelos trabalhadores organizados. Em relação à burguesia rural, apesar das machadadas que a luta dos proletários rurais lhe deu a Sul do Tejo (assim como aos latifundiários), é importante

mercantil português mais ligado ao capital estrangeiro não sofreu abalos de monta ao longo do processo revolucionário, que há uma ampla camada de quadros, tecnocratas e funcionários superiores engordados pelo capitalismo português e interessados no seu desenvolvimento, concluímos facilmente, com o que atrás ficou dito, que, apesar do desenvolvimento e agudização da crise capitalista, há na esfera económica uma base real burguesa su-

sim, é de acentuar o facto de neste momento, nos dois sectores em que se pode fundamentalmente dividir a indústria, a importância do capital estrangeiro, do imperialismo, ser enorme. No que diz respeito ao sector I (Produção de Meios de Produção), se é notável a presença do Estado por intermédio das indústrias nacionalizadas, é também importante a participação do capital estrangeiro. A dependência tec-

jecto de reconstrução capitalista da economia.

Se é uma realidade que o imperialismo se preocupou mais com o que se passava em Portugal enquanto o processo revolucionário se desenvolvia e avançava pelos perigos que isso representava para a Europa, neste momento, pelo exemplo que abriu e não fundamentalmente por razões económicas ou mesmo militares (nesse aspecto o controlo dos Açores foi-lhe rapidamente garantido pela violência reaccionária) e que portanto após o 25 de Novembro, a crise do capitalismo português não é muito preocupante para os imperialistas, é no entanto um facto que a burguesia portuguesa, pelo seu lado, necessita de uma ligação muito estreita com o capitalismo internacional na sua estratégia de exploração, opressão e acumulação. Assim se compreende as viagens dos políticos burgueses, sempre de chapéu na mão pela Europa e pelos Estados Unidos, em busca do empenhamento do imperialismo naquilo a que

des militares progressistas e revolucionárias, da crescente organização dos soldados, dos marinheiros e dos oficiais anticapitalistas, a entrega do aparelho de informação e propaganda do Estado à burguesia e aos seus partidos, as medidas repressivas e antioperárias (prisões, cargas policiais, assassinios, aumentos de preços, congelamento da contratação, ataque à Reforma Agrária), enquadradas numa perspectiva de barrar o caminho à Revolução e preparar a restauração do Poder da burguesia.

No entanto, a classe operária, as massas populares, apesar da derrota sofrida mantêm ainda as estruturas fundamentais a partir das quais a resistência e o relançamento da ofensiva são possíveis. Os partidos progressistas, as organizações revolucionárias, os órgãos populares de base, os sindicatos, permanecem com a força suficiente para impedir que a recuperação burguesa seja feita fácil, pacífica e gradualmente.

A agudização da crise capitalista e os seus efeitos

tos corporativos, com institucionalização de instrumentos como a censura, a polícia política, órgãos paramilitares etc.; ou um regime que mantenha uma cer-

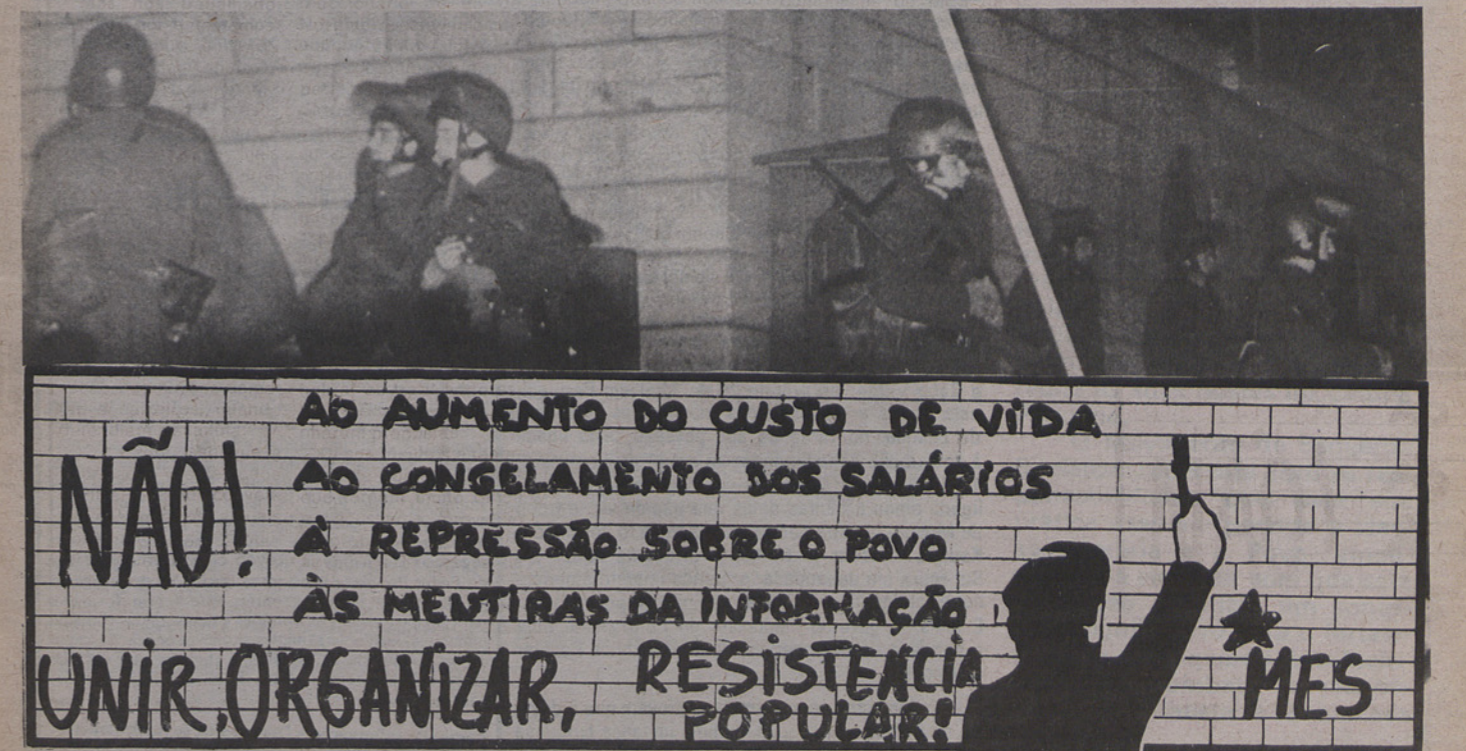
prazo partidos reformistas (ultra-revisionistas) — França e Itália —, constata-se que um regime fascista tradicional não é certamente aquele que mais in-

teresse, tal como está redigida neste momento entre em vigor, e porque mesmo com uma vitória eleitoral da direita, a utilização da força das armas com cobertura

fachada democrática (que estrategicamente lhe interessa), a tática dos exploradores passa pela criação de condições que lhes permitam «varrer o terreno»

numa fase intermédia (mais ou menos longa) de tipo brutal e militarista, pelo ataque violento às estruturas dos trabalhadores que se mantêm e que são um obstáculo à estratégia capitalista. Deste modo, os partidos progressistas e as organizações revolucionárias, os órgãos populares de base, os sindicatos, seriam um alvo principal nessa fase intermédia chamada fascizante.

É neste sentido que é importante considerar que há uma ameaça fascizante no curto prazo, havendo até fracções da burguesia, hoje com um importante peso no aparelho militar (ELP, MDLP), e com crescente importância partidária (CDS, PPD) que estão dispostas a antecipar um golpe militar fascizante para antes das eleições burguesas. Isto porque à burguesia não interessa que a Consti-



# CLARP

COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DOS ANTIFASCISTAS REVOLUCIONÁRIOS PRESOS



## 3 - FEVEREIRO 21H.

COM: AGOSTINHO ROSETA, MANUEL LOPES, AFONSO DIAS, NUNO TEOTÓNIO PEREIRA, LEONOR PALMA CARLOS, JOÃO FREIRE DE OLIVEIRA

E ainda, Comissões de MORADORES, Comissões de TRABALHADORES e SINDICATOS

## PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Na terça-feira, dia 3 de Fevereiro, pelas 21 horas, o CLARP leva a efeito no Pavilhão dos Desportos um comício que deve ser mais uma etapa do vasto movimento de protesto que se levanta contra a prisão de revolucionários e antifascistas. Esses homens, hoje presos ou em regime de liberdade condicional, estiveram na primeira linha do 25 de Abril, na primeira linha do esmagamento do 28 de Setembro e 11 de Março. Qual o seu crime então?

Para obter a resposta, nós perguntamos:

— Que significa a prisão de homens que, como Otelo e outros, se souberam colocar ao lado do Povo, não só nas grandes ocasiões mas também nas pequenas: em ocupações de casas, na Reforma Agrária, no processo de saneamento de fascistas, etc.?

— Que significa o 25 de Novembro senão um golpe reaccionário ao serviço da direita e do imperialismo, previamente montado, e a que nenhum relatório consegue dar a aparência de «tentativa de golpe de esquerda»?

— Que significa o 25 de Novembro do 25 de Novembro senão a cobertura legal para justificar e prosseguir a repressão sobre homens de esquerda?

— Que significa a repressão sobre homens de esquerda e a simultânea libertação de Pides e altos responsáveis do fascismo, como Kaulza de Arriaga, Arnaldo Schultz, Moreira Batista...?

— O que significa, em mento dos actos terroristas fascistas em vários pontos do País?

— Que significa, em

suma, que altos responsáveis do Governo digam a quem queira ouvir que o perigo principal é o fascismo e continuem a reprimir a esquerda?

— Que significa que enquanto tudo isto se passa, os trabalhadores vejam a sua vida tornar-se cada vez mais difícil com as subidas galopantes de preços e o congelamento de salários?

— Não se vê claramente que se a direita visa estes homens é porque tem os olhos postos no esmagamento progressivo das conquistas populares?

— Para obter as respostas basta muitas vezes saber pôr as perguntas, basta não ver apenas a parte, mas sim o todo. Nós, aderentes do CLARP, homens, mulheres e organizações partidárias, de várias tendências políticas e religiosas, estamos certos de que a nossa luta, a luta pela libertação dos antifascistas e revolucionários presos, é uma parcela do combate mais geral contra a repressão. A repressão quer amordaçar e atar as mãos aos revolucionários e ao Povo trabalhador, e fazendo-o, levará a que nada nem ninguém possa travar o passo ao fascismo.

Nenhum antifascista, nenhum revolucionário, nenhum trabalhador se pode demitir de tomar posição. A participação colectiva no comício do CLARP é já em si uma forma de luta e de protesto.

**O FASCISMO NÃO PASSARÁ!  
LIBERTAÇÃO IMEDIATA  
E INCONDICIONAL DOS  
ANTIFASCISTAS E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS!**  
30.1.76  
CLARP

# 4 de Fevereiro 15 anos de luta

Estamos aqui reunidos porque há 15 anos, um punhado de homens rasgou a grande noite colonial, atacando, quase só com os seus punhos, algumas catanas e muito poucas armas de fogo, a grande fortaleza, o próprio coração do colonialismo português. Essa acção foi relatada nos jornais submetidos ao controle férreo da censura colonial-fascista como um gesto desesperado de treloucados. Mas ele foi exactamente o contrário disso: foi um gesto de enorme esperança, um gesto de quem tinha a certeza do futuro, a certeza da vitória final das massas exploradas e oprimidas frente aos exploradores e opressores, por mais poderosos que estes sejam ou pareçam ser. Foi um gesto que antecipou e deu vida, à custa do sangue de heróicos combatentes, à palavra de ordem do MPLA — a vitória é certa!

Como membro da Associação Portugal-Moçambique, não venho aqui para fazer a história do 4 de Fevereiro. Mas cabe-me dizer alguma coisa sobre a dimensão mundial desse acontecimento, que ultrapassa muito a nação angolana, porque foi um acontecimento decisivo para a libertação não só de Angola, não só da África Austral, mas até de toda a África e mesmo de todos os povos explorados e oprimidos.

O 4 de Fevereiro é uma das datas que nos faz ter a certeza que a vitória das massas populares é possível um dia e que para que esse dia chegue o que é preciso é começar a luta, mesmo que as condições sejam as mais duras, as perspectivas as mais negras, a repressão a mais cruel. É que o início da luta armada contra o colonialismo português deu-se contra o seu bastião principal — em Luanda, o entreposto de escravos, a portentosa metrópole capitalista, o orgulho do chamado império luso, enfim a fortaleza da Pide-DGS.

A importância do 4 de Fevereiro está nisto: abriu a era da verdadeira libertação dos povos africanos. Ultrapassada a fase das independências fáceis, outorgadas pelas próprias metrópoles para melhor assegurarem a manutenção da exploração em moldes mais modernos — o neocolonialismo — o ataque às prisões de Luanda dá começo à era da independência não apenas formal, mas real.

Por isso essa data repercute ainda hoje. Ela está ligada a outros acontecimentos: o início da luta armada dos povos de Moçambique e da Guiné e Cabo Verde; ao próprio 25 de Abril em Portugal; está ligada à expulsão dos movimentos fantoches de Luanda, no verão do ano passado; está ligada à declaração da independência em 11 de Novembro; à reunião da OUA em Janeiro deste ano; e estará ligada ainda a muitas datas que não-de vir: o trono de Mobutu já estremece com violência, o conciliador Kaunda também já treme, a arrogante África do Sul retira em debandada, o grande império americano é obrigado a encolher as garras portentosas. E mais: o governo capitalista do Portugal de hoje é obrigado ao reconhecimento da República Popular de Angola!

Todos estes acontecimentos provam que o destino de Angola não se joga, como a impensa burguesa submetida ao imperialismo quer fazer crer, em Mos-

covo e em Washington, como não se joga em Lisboa, nos palácios de Belém, de S. Bento e das Necessidades. É no solo angolano, regado com o sangue de milhares de patriotas, que o destino de Angola se decide. Como se decidiu em Moçambique o destino de Moçambique e na Guiné o destino da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Como representante da Associação Portugal-Moçambique, não posso deixar de realçar as sempre claras tomadas de posição do Presidente Samora Machel no apoio total do povo moçambicano à luta do MPLA. E não só declarações claras e firmes e uma acção diplomática intensa e eficaz, o apoio de Moçambique à luta do povo angolano é uma prova de que o internacionalismo militante da Frelimo não é um simples slogan.

Ao mesmo tempo, o 4 de Fevereiro é também uma data que tem a ver com a luta do nosso próprio povo, do povo português, contra a exploração e a opressão.

Nós sabemos, porque o foi afirmado pelo Presidente Samora Machel, que só poderá haver relações privilegiadas, fraternais entre os governos de Portugal e de Moçambique quando o poder em Portugal estiver ao serviço da luta dos explorados e oprimidos. Ora nós, na Associação Portugal-Moçambique, não somos indiferentes a este problema. Nós queremos que essas relações sejam fraternais, como o são as relações de Moçambique com a República Popular de Angola, e com as novas nações que se libertaram do colonialismo português. Por isso também aqui lutamos. Por isso o nosso Presidente de honra, o general Otelo Saraiva de Carvalho está hoje na prisão ao lado dos melhores revolucionários que fizeram o 25 de Abril. E por isso gritamos a palavra de ordem do MPLA: a LUTA CONTINUA! A VITÓRIA É CERTA!

## apontamento

**Política social do M.P.L.A.** — Em 10 de Dezembro, aniversário da fundação do M.P.L.A., o Presidente Agostinho Neto pronunciou um importante discurso em que define algumas medidas governativas no domínio da política social. Destacam-se as decisões quanto à abolição das práticas discriminatórias na educação e na saúde: «o nosso primeiro governo torna, a partir do próximo ano lectivo, gratuito o Ensino. (...) Vamos terminar com os consultórios particulares e todos os médicos e enfermeiros vão trabalhar nos hospitais». Afirmou ainda: «A terra deve pertencer a quem trabalha e o proprietário é o Estado». Quanto à organização do Poder Popular, Agostinho Neto disse ainda: «o nosso Povo, os operários e os camponeses estão ansiosos por poderem participar das decisões fundamentais do nosso país. E nós temos de nos organizar de forma a que os chamados organismos do Poder Popular (ou sejam as comissões de povoação, de quimbo e todas as outras que forem formadas para poder recolher as opiniões e decisões das camadas populares) serão englobadas numa organização capaz de ter na cúpula a Assembleia Popular que decidirá sobre as leis que vão servir de base à vida do nosso país, no futuro».

Centro de Informação e Documentação Anticolonial